



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

KATIANE FIRMINO TEODOSIO

**ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE DA OFERTA DE ESCOLAS PÚBLICAS
NO MUNICÍPIO DE MULUNGU**

**REDENÇÃO
2018**

KATIANE FIRMINO TEODOSIO

ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE DA OFERTA DE ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE MULUNGU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Marcos Antônio Barbosa de Lima.

REDENÇÃO-CE
2018

Teodósio, Katiane Firmino.

ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE DA OFERTA DE ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE MULUNGU / Katiane Firmino Teodósio. - Redenção, 2018.

32f: il.

Monografia - Curso de Gestão Pública Municipal - 2017.1, Coordenação De Pós-graduação, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Marcos Antônio Barbosa de Lima.

1. Escolas Públicas. 2. Sociedade. 3. Mulungu. I. Lima, Marcos Antônio Barbosa de. II. Título.

CE/UF/

KATIANE FIRMINO TEODOSIO

ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE DA OFERTA DE ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE MULUNGU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Marcos Antônio Barbosa de Lima (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. João Coelho da Silva Neto
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Ana Vlândia da Costa Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho a Deus, pelas oportunidades concedidas. À minha família que ofereceu todo suporte e apoio na realização desse sonho e aos meus amigos pela força e amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por ser meu protetor e meu eterno exemplo.

Aos meus pais, Rita de Cássia e Raimundo Nonato, por me darem total apoio nas etapas da minha vida e principalmente por serem meu porto seguro e minha referência sempre.

Aos meus irmãos, Francisca Kátia, Antônio Raul e Karem Firmino por me ajudarem e apoiarem nos momentos em que tanto precisei.

Ao meu cunhado, Emanuel Vieira, pela parceria e força.

Á Antônio de Pádua Queiroz Martins, por seu companheirismo. Agradeço por você fazer parte da minha vida!

As minhas amigas e companheiras: Lucileide Andrade e Lena de Souza pelo companheirismo, amizade, momentos espetaculares vividos e por todas às loucuras. Vocês fazem parte da minha história!

Aos colegas de sala, por participarem desse processo de formação.

Ao professor e orientador, Marcos Antônio Barbosa, pela valiosa orientação, dedicação e compreensão durante o período de execução desse trabalho.

A todos os professores que fizeram parte desse processo de aprendizagem, desempenhando brilhantemente seus papéis de educadores.

A banca examinadora, por dedicarem um pouco do seu tempo para dar atenção á apresentação do meu trabalho.

A todos que me ajudaram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho, meus sinceros agradecimentos e meu eterno agradecimento!

”É por isso que se mandam as crianças à escola: não tanto para que aprendam alguma coisa, mas para que se habituem a estar calmas e sentadas e a cumprir escrupulosamente o que se lhes ordena, de modo que depois não pensem mesmo que têm de pôr em prática as suas ideias.”

Immanuel Kant

RESUMO

Mais do que apenas educar crianças e adolescentes, as escolas públicas também são pontos que irradiam conhecimento e apoio à comunidade que a rodeia. A importância entre escola e sociedade deveria ser parâmetro obrigatório na construção de uma sociedade mais igualitária e justa dentro das políticas de gestão educacionais. A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, exploratório-descritiva, sendo adotado o estudo de caso como procedimento técnico para responder a seguinte questão levantada deste estudo: como é a oferta de escolas públicas no município de Mulungu? Esta pesquisa tem como objetivo analisar a oferta de escolas públicas oferecidas pelo município de Mulungu. O estudo teve como cenário de investigação todas as escolas públicas municipais localizadas no município de Mulungu. Os dados foram coletados junto aos professores das escolas investigadas, por meio das técnicas de observação participante. Com os resultados da pesquisa, pôde-se fazer um mapeamento das escolas públicas de Mulungu, que totalizou 11 estabelecimentos, concluindo que a maior parte delas encontra-se localizada na zona rural, representando 55% do total. No que se refere a classificação por modalidade de ensino, foi identificado que o município possui 55% das suas escolas com a modalidade de creche e pré-escola, o que totaliza 6 escolas pesquisadas. As escolas que possuem a modalidade de ensino de creche, pré-escola e fundamental I somam 3 e representam 27% do total de escolas pesquisado.

Palavras-chave: Escolas públicas; Sociedade; Mulungu.

ABSTRACT

More than just educating children and adolescents, public schools are also points that radiate knowledge and support to the community around them. The importance between school and society should be a mandatory parameter in the construction of a more egalitarian and just society within educational management policies. The present study is characterized as qualitative, exploratory-descriptive, and the case study was adopted as a technical procedure to answer the following question raised in this study: what is the offer of public schools in the municipality of Mulungu? This research aims to analyze the offer of public schools offered by the municipality of Mulungu. The study had as investigation scenario all municipal public schools located in the municipality of Mulungu. Data were collected from the teachers of the schools investigated, through participant observation techniques. With the results of the research, it was possible to map Mulungu public schools, which totaled 11 establishments, concluding that most of them are located in the rural area, representing 55% of the total. Regarding classification by type of education, it was identified that the municipality has 55% of its schools with day care and preschool, which totals 6 schools surveyed. The schools that have the kindergarten, preschool and elementary education modality I add up to 3 and represent 27% of the total schools surveyed.

Keywords: Public schools. Society. Mulungu.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolas Ofertadas x Localização	27
Gráfico 2 – Escolas ofertadas x Modalidade de Ensino	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estabelecimentos escolares, endereço e horário de funcionamento	24
Tabela 2	Escolas ofertadas x Localização	26
Tabela 3	Escolas por localização	27
Tabela 3	Escolas ofertadas x Modalidade de ensino	28
Tabela 5	Total das escolas por modalidade de ensino	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Educação e Sociedade	15
2.2	História da Educação Pública no Brasil	15
2.2.1	Políticas Públicas Educacionais	18
3	METODOLOGIA	20
3.1	Caraterização da pesquisa	20
3.2	Histórico da cidade de Mulungu	23
4	RESULTADO E DISCUSSÃO	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A escola pública no Brasil atualmente é vista em comparação á escola privada, e isso não é nada bom para a imagem da mesma, pois dá-se ênfase em seu ensino inferior em relação á outra principalmente na oferta de Ensino Fundamental, esperando-se uma melhoria apenas quando chega ao Ensino Médio, que é de responsabilidade do Estado.

Durkheim (1973), parte do ponto de vista que o homem é egoísta, que necessita ser preparado para sua vida na sociedade. Este processo é realizado pela família e também pelas escolas e universidades. A ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado.

Por Mulungu se tratar de uma cidade pequena e que muitas escolas foram nucleadas a outras maiores, e sabendo que enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade é que surgiu a ideia de se desenvolver um estudo que trás dados importantes sobre a oferta de escolas públicas no local. Assim, a pergunta norteadora deste estudo foi a seguinte: como é a oferta de escolas públicas no município de Mulungu?

O objetivo geral deste estudo é analisar a oferta de escolas públicas no município de Mulungu.

Os objetivos específicos definidos neste trabalho são os de;

- i) identificar quais as escolas ofertadas no município de Mulungu;
- ii) classificar as escolas identificadas de acordo com os seguintes critérios: localização e oferta de ensino;
- iii) possibilitar a identificação de perfis de escolas com base nesses fatores.

Para tanto, o presente estudo está disposto em cinco seções, sendo a primeira seção a introdução, a seção 2 a Fundamentação Teórica. A seção 3 apresentará da metodologia utilizada neste estudo, enquanto a seção 4 tratará dos resultados e discussões oriundos desta pesquisa, e finalmente, as considerações finais na seção 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda sobre a relação entre escola e sociedade, bem como a importância de ambas para o desenvolvimento de um município.

2.1 Educação e Sociedade

Há muitas reflexões importantes a fazer, quando se fala em educação para a sociedade: a inserção da escola na comunidade, a formação de espíritos críticos, o envolvimento da escola em projetos globais de transformação social, a aproximação entre teorias e práticas, entre ideias e realidades, entre o conhecimento e a existência real do estudante, entre educação e vida. Por que o ensino de algumas escolas é precário? Por que o aprendizado dos alunos não é satisfatório? Essas e outras questões são difíceis de responder, pela complexidade e por depender de vários fatores políticos, sociais e culturais.

Mas talvez tudo isso ocorra pela forma que esta educação é colocada à sociedade, que numa forma comportamental ela apresenta ou pressupõe que a aprendizagem se processa através de estímulos, onde esse processo é de imitação e repetição, ou talvez porque essa teoria comportamental é extremamente favorável aos donos do capital e não para a sociedade, pois quantos mais trabalhadores existirem que não pensam, que não questionam, mas apenas ouve, imita, repete, isso só gera lucros e menos problemas terão os donos dos meios de produção.

Analisando a função social da educação, Konder (2000, p. 112) afirma que:

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir, depende da produção, isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo dos seus conhecimentos e da sua experiência, educando-a. Não há sociedade humana sem trabalho e sem educação.

2.2 História da Educação Pública no Brasil

A educação escolar no Brasil desde os primórdios de sua história sempre foi pautada por uma forte tendência elitista e excludente. Durante o período colonial, entre os anos 1554 a 1759, as principais escolas de instrução elementar foram fundadas por religiosos ligados a Companhia de Jesus, ou seja, os padres jesuítas.

De acordo com Romanelli (2002, p. 34)

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

Nas escolas jesuíticas, ensino elementar aprendia-se retórica, humanidades, gramática portuguesa, latim e grego, esta modalidade de ensino tinha duração de seis anos. No ensino posterior ministravam-se aulas de Matemática, Física, Filosofia, Latim e Grego, a mesma tinha duração de três anos (ARANHA, 1996).

A partir da segunda metade do século XVII, instaurou-se na metrópole e na colônia um descontentamento com a relação aos padres Jesuítas. Esse descontentamento estava relacionado à queda de produção da mineração, aos atritos entre os colonos e os religiosos, devido a questão do trabalho compulsório dos indígenas, fatos esses que culminaram com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias no ano de 1759, pelo marquês de pombal (ROMANELLI, 2002).

Todavia, com a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional brasileiro entra num período de retrocesso de uma década, conforme ressalta Aranha (1996, p. 134):

O marquês de Pombal só inicia a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Várias medidas desconexas e fragmentadas antecedem as primeiras providencias mais efetivas, levadas a sério só a partir de 1772, quando é implantado o ensino público oficial. A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típicas do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas.

Em meados do século XIX, com a vinda da família real e da corte portuguesa para o Brasil, o quadro das instituições educacionais brasileiras sofre sensíveis mudanças, foram criados vários cursos de nível superior (ROMANELLI, 2002).

Outra mudança a ser destacada foi a instituição do Ato Adicional de 1834, que atribuiu as províncias como medida de descentralização a criação e a manutenção do ensino primário e secundário. Romanelli (2002, p. 40) diz que:

O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. O fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos.

A Constituição da República de 1891 consagrou o sistema dual de ensino e oficializou a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional) (ROMANELLI, 2002).

No início do século XX, fatos relacionados ao crescimento da importância das cidades, a explosão demográfica, a industrialização e a urbanização, seguidos da emergência de uma classe média e da imigração, forçam a sociedade brasileira a propor mudanças no

campo educacional.

Entre os anos de 1920 e 1930 ocorreram várias reformas estaduais com novas propostas pedagógicas, dentre as quais podemos destacar Fernando Azevedo no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira na Bahia, Francisco Campos em Minas Gerais e Lourenço Filho no Ceará.

Em 1932, ocorre a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento que marcou a educação nacional e defendia a ideia de uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, surgem as concepções de formação integral e de escolas de tempo integral que “refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e democrática” (CAVALIERE, 2002. p. 251). As propostas de educação integral surgiam como resposta à função social excludente que a escola exerceu em nosso país desde o início do período colonial.

De maneira geral, pode-se dizer, que o advogado e educador brasileiro, Anísio Teixeira foi um dos principais defensores da escola pública integral no Brasil. Coelho (2009, p. 90), relata:

No Brasil, podemos dizer que foi com Anísio Teixeira, na década de 50, que se iniciaram as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstancial a em uma formação completa.

Anísio Teixeira concebeu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro da Liberdade, um dos mais pobres da cidade de Salvador, Bahia, na década de 1950, com os objetivos de “prolongar o dia letivo; enriquecer o programa com atividades educativas, independentes do ensino propriamente intelectual; preparar um novo professor para as funções mais amplas da escola” (NUNES, 2009, p. 123).

Para Nunes (2009, p. 124):

O projeto de construção do Centro comportava quatro escolas-classe de nível primário para mil alunos cada, com funcionamento em dois turnos; uma escola-parque, com sete pavilhões destinados às práticas educativas, onde os alunos completavam sua educação no turno alternado ao da classe. Aos alunos do centro era oferecido um dia completo de permanência em ambiente educativo.

Outra proposta de formação integral por meio da escola pública, ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, com o antropólogo Darcy Ribeiro. Os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) estiveram presentes promovendo a escolarização em tempo integral nas duas gestões do governador Leonel Brizola, no estado do Rio de Janeiro (1983 – 1987 e 1991 – 1994).

Na concepção de Darcy Ribeiro, a escola em tempo integral configurava-se como uma experiência política mais justa, democrática e humanizadora, além de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem estar a um maior número de crianças (BOMENY, 2009).

Diferentemente de Anísio Teixeira que pensou num espaço escolar bipartido composto por escolas-classe e escolas-parque, Darcy Ribeiro, criou aproximadamente 500 prédios escolares, denominados Cieps. Nestes prédios procurou congregar num mesmo espaço todas as atividades curriculares e educativas no mesmo espaço escola (COELHO, 2009).

2.2.1 Políticas Públicas Educacionais

De acordo com Oliveira, (2010) a política pública é uma expressão que busca definir uma situação específica da política. Do ponto de vista etimológico, a política pública se refere à participação do povo nas decisões da cidade, território. Mas historicamente essa participação assumiu feições distintas, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta, pois um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: O Estado.

Quando se fala em Política, estamos falando, na verdade de ações que dependem, principalmente do poder público e que tem como principal objetivo o bem comum e quando se fala em educação, ainda mais, porque a educação acaba sendo um instrumento extremamente importante pra se garantir o desenvolvimento, a harmonia e, obviamente as políticas se destinam para o interesse de cada sociedade, da coletividade. Uma coisa muito importante é que as políticas, ou seja, os programas tendem a atender as demandas sociais. No ponto de vista educacional, são muitas demandas sociais; construção de escolas, aumento de vagas, expansão das creches no Brasil, já que a família brasileira moderna exige isso pra que as crianças já tenham educação desde cedo pra que o desenvolvimento formal seja dado logo no início da vida escolar.

De acordo com Azevedo (2003) existem três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas visam redistribuir a renda na forma de financiamento em serviços, equipamentos e recursos. As camadas mais altas da sociedade financiam as pessoas com rendas menores. Exemplo: Isenção de IPTU para determinados cidadãos aumentando esse imposto para pessoas com maior poder aquisitivo e programas habitacionais para população de baixa renda.

As distributivas se referem ao oferecimento de Serviços do Estado e utilização de equipamentos. Exemplo: serviços para pavimentação de ruas e doação de cadeira de rodas. Por último temos as políticas públicas regulatórias. Essa política consiste em criar normas,

implementar serviços e equipamentos mediante avaliação de setores específicos da economia. Exemplo: Limitação de vendas ou importação de determinados produtos.

De acordo com Cruz (2005), muito se fala sobre o conceito de competência refere-se à ideia do aprender a aprender. A intensificação desse debate deu-se a partir da década de 1980, no contexto da crise do capital e da busca para sua superação, se contrapondo a ideia de qualificação profissional, diluindo a especificidade do trabalhador no mercado de trabalho.

Analisando, chega-se a conclusão que o investimento em educação promove a paz, a democracia, o pluriculturalismo, o desenvolvimento econômico... E isso deve ficar bem claro em números antes que os países titubeiem na hora de fazer um investimento em educação.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

De acordo com Santos (2004, p. 61) “a atividade intelectual, característica da pesquisa científica, visa à construção do conhecimento”. Para o referido autor “o trabalho de pesquisa visando à construção do conhecimento desenvolve-se por etapas, que se constituem num método, num caminho facilitador do processo”.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 83) “o método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões...”.

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que não se adotará, de acordo com Richardson (2008), elementos estatísticos para fundamentar o processo de análise do problema, ou seja, não se utilizarão recursos e técnicas estatísticas (média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como sendo exploratório-descritiva, buscando identificar como é a oferta de escolas no município de Mulungu, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses; visando, ainda, descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Segundo Gil (2002), o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Lakatos e Markoni (2003) aponta algumas características básicas do método dedutivo: “se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira”.

Quanto aos procedimentos técnicos a serem adotados para responder a questão levantada na pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Yin (2005, p. 32) explica que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real [...]”.

De acordo com, Yin (2005), os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos. Para esta pesquisa, se adotará o estudo de caso único, pois será realizada num único município.

Na obtenção das informações foram necessárias visitas aos estabelecimentos escolares, conversando informalmente com os funcionários presentes no local, caracterizando-se como uma entrevista não estruturada. Fez-se uso, ainda, do método de observação para

analisar e acompanhar as tomadas de decisões e o trabalho dos servidores responsáveis pela coordenação das referidas escolas.

Todas as escolas identificadas foram de conhecimento próprio da autora, que já trabalhou na maioria dos estabelecimentos, não precisando assim requerer de nenhuma outra instituição ou fonte para obtenção dos resultados apresentados.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 197) existem diferentes tipos de entrevistas, variando de acordo com o propósito do entrevistador:

a) Padronizada ou Estruturada. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. b) Despadronizada ou não-estruturada. O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

O estudo teve como universo as escolas públicas do município de Mulungu. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 108), “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. O presente trabalho não se utilizou de amostragem, haja vista, abranger a totalidade dos componentes do universo.

A realização desta pesquisa implicou em duas etapas conforme sua relação ao objetivo proposto.

A primeira etapa tratou dos procedimentos adotados para obtenção dos resultados aqui apresentados, tais como; levantamento da bibliografia específica existente, através dos livros de meu acervo pessoal e pesquisas na Internet e outros que abordam o mesmo tema.

A segunda etapa tratou-se de uma visita empírica, ou seja, de caráter informal, aos estabelecimentos escolares de Mulungu para saber sobre a sua localização e anotá-los de acordo com critérios previamente selecionados; localização e oferta de ensino. Tais critérios são importantes e relevantes porque definem com precisão que escolas estão sendo ofertadas, estabelecendo assim um perfil geral para a cidade. Nenhum dos funcionários dos estabelecimentos se recusou a mostrar os ambientes das mesmas e mostraram-se dispostos a ajudar na pesquisa. O critério usado para a escolha dos estabelecimentos escolares foi por se tratar de escolas que ofertam o ensino público no município de Mulungu, onde seis delas ofertam o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I, quatro oferecem as somente a Educação Infantil, e como será visto mais adiante, somente duas oferecem os Ensinos Fundamental I e II, tendo como fonte os seguintes estabelecimentos escolares, conforme tabela abaixo:

Quadro 1: Estabelecimentos Escolares, endereço e horário de funcionamento

NOME COMPLETO	RUA	BAIRRO	HORÁRIO
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Alfredo Farias	Sítio São Roque	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h.
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Camará	Sítio Camará	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Francisco Alves de Oliveira	Sítio Catolé	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jardim	Sítio Jardim	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h
Escola de Educação Infantil e Ensino fundamental João Lopes	Sítio João Lopes	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h
Escola de educação Infantil e Ensino Fundamental santa Tereza	Sítio Santa Tereza	Zona Rural	De Segunda a Sexta - das 07h00m as 11:00h e 13:00h as 17:00h
Escola de Educação Infantil Jolson Saraiva Marques	Rua Nova	Centro	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h
Escola de Educação Infantil Sonho Infantil	Rua Nova	Centro	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h
Escola de Educação Infantil Tia Mercês	Parque Augusto Silveira de Queiroz (Conj. Padre Pedrosa)	Zona Urbana	De Segunda a Sexta - das 07:00h as 11:00h e 13:00h as 17:00h.
Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes	Rua Santa Inês	Centro	De Segunda a Sexta - das 07:00 h as 11:00h e 13:00 as 17:00h
Escola de Ensino	Povoado Lameirão	Zona	De Segunda a Sexta -

Fundamental Maria Amélia Pontes		Urbana	das 07:00h as 11:00h e 13:00 as 17:00h
---------------------------------	--	--------	--

Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos através de visitas (2018)

A tabulação dos dados foi feita conforme os dados obtidos por meio das visitas aos estabelecimentos escolares de Mulungu.

Após essa análise, foram definidos temas-resposta, computando-os à frequência relativa para cada categoria. A pesquisa foi realizada em 11 (onze) estabelecimentos escolares do Município de Mulungu, através de visitas, durante o horário de funcionamento. Nenhum dos funcionários dos estabelecimentos se recusou a mostrar os ambientes das mesmas e mostraram-se dispostos a ajudar na pesquisa.

Uniu-se as informações quanto às escolas ofertadas pelo município, dispersando-as em tabelas, conforme os critérios adotados para classifica-los. No total foram contabilizadas 11 escolas, as quais foram divididas de acordo com os seguintes critérios: nível de ensino, infraestrutura e horário de funcionamento. Tais critérios são importantes e relevantes porque definem com precisão que escolas estão sendo ofertadas, estabelecendo assim um perfil geral para a cidade.

3.2 Histórico da cidade de Mulungu

Segundo o blog da prefeitura do município de Mulungu (2018), a história da cidade tem início em meados de século XVIII, com a vinda de romeiros de várias partes do Ceará. Este se aventuraram subindo a serra a pé em verdadeiras caravanas. Eram centenas de fiéis, que partiam até a cidade de Canindé para os festejos de São Francisco de Assis. Como a viagem era longa e muito cansativa eles paravam no alto da serra para descansar debaixo das árvores de sombra fresca. Muitas delas, pés de Mulungu.

Depois de alguns anos, esses mesmos fiéis começaram a construir pequenas cabanas para se abrigarem das fortes chuvas que desabavam naquela época. Não demorou muito para que as cabanas se transformassem em casas e comércios, a primeira loja de varejo da cidade foi de tecidos, que junto com o de carnes, frutas, verduras e cereais agitam o comércio no centro da cidade. Assim, a vila de Mulungu estava criada. O povo precisava de um santo; um padroeiro para abençoar e proteger a cidade, daí um padre que trouxe a primeira imagem de São Sebastião, que, até hoje traz centenas de fiéis todos os anos a cidade no mês de janeiro. A primeira capela em homenagem a São Sebastião foi construída há 122 anos e reformada com o formato atual na década de 20, por Pe. Suzanito, que, com ideias do

modernismo, deu traços geométricos à arquitetura que até então era colonial. São Sebastião é tão querido pelos habitantes, que, em 1972 ganhou uma estatua de 14m de altura em sua homenagem.

Com isso, Mulungu ganhou mais duas particularidades sendo a única cidade no maciço com uma igreja de arquitetura modernista que tem como penitência uma escadaria enorme pela frente e a maior estatua de imagem sacra do maciço, a terceira maior do estado.

Voltando ao início, nas últimas décadas do século XIV muitas famílias construíram casas em Mulungu, com a esperança de enriquecerem com a produção de café, mas, isso só durou até meados da década de 30, pois, com a desvalorização do café, o preço do produto caiu e a maioria dos produtores faliu, partindo para outros tipos de comércio, como a produção de frutas, em especial a banana.

Alguns anos depois Mulungu lutava pela sua independência, ter autonomia de Pacoti era prioridade nessa época. Depois de três tentativas fracassadas de libertação, no dia 14 de março de 1947, finalmente, Mulungu subiu de distrito de Pacoti, para cidade de Mulungu, com sua primeira eleição sendo realizada no ano seguinte, na qual foi eleito como primeiro prefeito de Mulungu o Sr. Hermenegildo Rocha Pontes e como vice o Sr. José Heitor Arruda Leitão. Daí em diante Mulungu andou com suas próprias pernas, com muitas idas e vindas como toda cidade pequena, mais sempre com a esperança e a fé em São Sebastião de que tudo iria melhorar. E melhorou, hoje continuamos cultivando essa leguminosa que alimenta e dá refúgio a tantos que dela precisam. Suas origens remontam às décadas finais do Século XIX. A ocupação das terras do alto Maciço iniciou-se nas últimas décadas do século XVII em face das grandes secas que assolaram o Ceará. Habitantes do sertão foram obrigados a procurar refúgios nas serras, em busca da própria sobrevivência.

À semelhança dos povoados adjacentes, Mulungu experimentou o desenvolvimento com a introdução da cultura do café. Por volta do ano de 1824 mudas de café foram plantadas nos sítios Bagaço e Munguaípe. Sua formação gregária tem como precedentes modestos agricultores e sitiantes que buscavam na cultura do café e na perenização das vertentes sobreviver aos efeitos caniculares das longas estiagens.

A elevação do povoado à categoria de Vila provém do Decreto nº 29, de 23 de julho de 1890, tendo sido instalada a 11 de setembro do mesmo ano. Suprimida conforme Lei nº 550, de 25 de agosto de 1899, e restaurada na forma da Lei nº 602, de 6 de junho de 1900. Suprimida em segundo turno, conforme Lei nº 2.715, de 24 de setembro de 1929. Extinta, finalmente, consoante Decreto nº 193, de 20 de maio de 1931, e restaurada, na qualidade de Vila e Município simultaneamente, conforme Lei nº 3.556, de 14 de março de 1957. Igreja:

Os primeiros indícios de apoio eclesial constam de uma capela cujo orago dedicou-se a São Sebastião, então sob o nome de São Sebastião do Mulungu e da respectiva Freguesia. A criação desta, consta de Provisão assinada por D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza, tendo como data 7 de setembro de 1895.

A cidade tem uma área de 103,80 quilômetros quadrados, limitando-se ao norte com Guaramiranga, ao sul com Capistrano e Aratuba, à leste com Baturité e à oeste com Caridade e Aratuba. Sua criação data do dia 23 de julho de 1890, tendo sua instalação no dia 11 de setembro do mesmo ano, sendo um desmembramento da cidade de Baturité. De Fortaleza até Mulungu são 114 km, com acesso pelas rodovias CE-060, CE-356 e CE-065. A população da cidade já passa dos 8 mil habitantes. O povo é simples e acolhedor. A terra dá bom café e são muitos os sítios que os cultivam por lá, sem esquecer-se dos antigos engenhos de cana-de-açúcar que ainda existem, produzindo a deliciosa rapadura característica.

Com o crescimento do turismo nas regiões serranas, principalmente na serra de Guaramiranga, Mulungu vem oferecendo muitas opções em hospedagens e restaurantes temáticos. A cada dia que passa é mais uma pousada que aparece por ali, bom para o turista, bom para o mulunguense, com mais ofertas de emprego. Tudo isso vem acontecendo pela grande valorização da região, pelo clima agradável que somente por lá existe, sem contar, como já mencionado, com a tranquilidade e anti-stress. Atrativos Naturais: Mulungu tem como atrativos naturais a serra em si, com seu clima agradável, suas paisagens, quedas d'água, piscinas e duchas naturais. Entre as maiores atrações, temos: as Cachoeiras do Coió e da Santa Maria e a Barragem do Chicó; Os mirantes também são muito requisitados, de onde podemos ver a região serrana do Maciço de Baturité em meio a região sertaneja do Ceará, com visão das cidades de Canindé e Caridade, além assistir a um belo pôr-do-sol, tudo pelas vistas panorâmicas do Bonfim e Ladeira Nova. Mulungu conta ainda com a maior reserva de floresta úmida primitiva remanescente da serra, localizada no sítio Álvaro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando as visitas feitas a todos os estabelecimentos escolares, pôde-se observar o estado atual das escolas ofertadas. Observou-se que:

1. As escolas de Mulungu ainda têm deficiências quando o quesito é infraestrutura.
2. A tecnologia não está acessível aos estudantes em cerca da metade das escolas de ensino fundamental.
3. Biblioteca e ou sala de leitura está presente em apenas duas das onze escolas pesquisadas.
4. Nas creches, faltam parques e até banheiros adequados às faixas escolares atendidas.

Quanto à localização, as escolas sediam-se nas Zonas Urbana e Rural. Com base nisso, a primeira tabela ficou assim definida:

Quadro 2 – Escolas Ofertadas x Localização

ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ALFREDO FARIAS	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL CAMARÁ	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JARDIM	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO LOPES	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA TEREZA	ZONA RURAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOLSON SARAIVA MARQUES	ZONA URBANA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO INFANTIL	ZONA URBANA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA MERCÊS	ZONA URBANA

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL HERMENEGILDO ROCHA PONTES	ZONA URBANA
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA AMÉLIA PONTES	ZONA URBANA

Fonte: dados da pesquisa (2018)

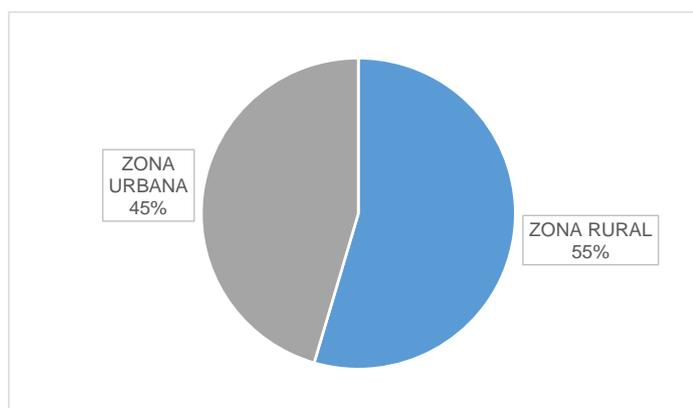
Conforme se verifica na Tabela 3 e no Gráfico 1, a maioria das escolas ofertadas no município de Mulungu localizam-se na zona rural (55%), o que corresponde ao quantitativo de 6 escolas. Enquanto que as escolas na zona urbana totalizam 5 o que representa 45% do total pesquisado.

Quadro 3 – Escolas por localização

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Zona Rural	6
Zona Urbana	5

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 1 – Escolas Ofertadas x Localização



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pode-se inferir que a maioria das escolas na zona rural beneficia os estudantes que residem aos arredores rurais e não necessitam se deslocar até o centro da cidade.

Quanto à oferta de ensino, as escolas municipais oferecem as modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, já que o Ensino Médio do local é de responsabilidade do Estado. Quanto à oferta da tipologia dessas modalidades nos estabelecimentos pesquisados, a tabela ficou da seguinte maneira:

Quadro 4 – Escolas ofertadas x Modalidade de Ensino

ESCOLA	ENSINO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ALFREDO FARIAS	Creche e Pré-escola
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL CAMARÁ	Creche e pré-escola
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA	Creche e Pré-escola
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JARDIM	Creche, pré-escola e Fundamental I
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO LOPES	Creche, pré-escola e Fundamental I
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA TEREZA	Creche, pré-escola e Fundamental I
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOLSON SARAIVA MARQUES	Creche e Pré-escola
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO INFANTIL	Creche e Pré-escola
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA MERCÊS	Creche e Pré-escola
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL HERMENEGILDO ROCHA PONTES	Ensino Fundamental I e II
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA AMÉLIA PONTES	Ensino Fundamental I e II

Fonte: dados da pesquisa (2018)

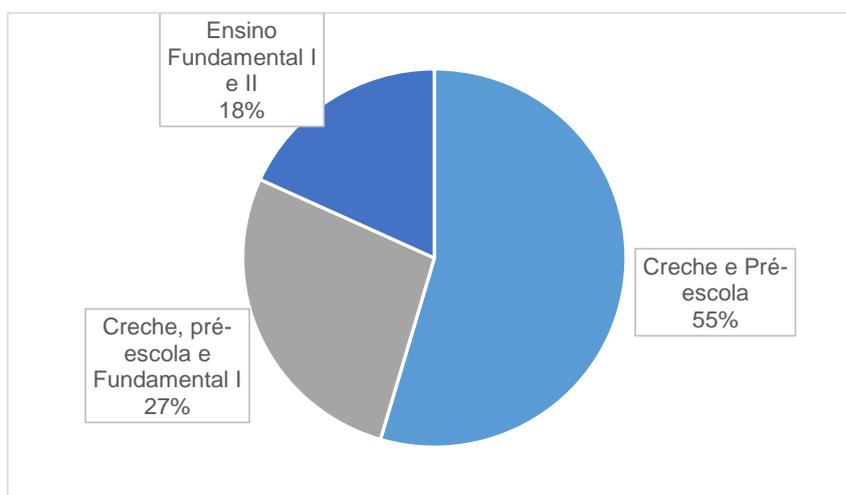
No Quadro 5 e no Gráfico 2 é percebido que o município pesquisado possui 55% das suas escolas com a modalidade de creche e pré-escola, o que totaliza 6 escolas pesquisadas. As escolas que possuem a modalidade de ensino de creche, pré-escola e fundamental I somam 3 e representam 27% do total de escolas pesquisado.

Quadro 5 – Total das escolas por modalidade de ensino

MODALIDADE DE ENSINO	QUANTIDADE
Creche e Pré-escola	6
Creche, pré-escola e Fundamental I	3
Ensino Fundamental I e II	2

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Gráfico 2 – Escolas ofertadas x Modalidade de Ensino



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Com 18% do total das escolas, a modalidade de ensino fundamental I e II é adotada em 2 escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muito se discute sobre o papel escola pública na formação dos futuros cidadãos trabalhadores brasileiros, especialmente os mais pobres, visto que, até hoje, não conseguimos desenvolver uma escola que promova a dignidade dessa “classe”, e diante do fracasso das políticas públicas implementadas no nosso país, conhecimento tem se tornado mais uma forma ascensão e exclusão social.

As políticas públicas precisam ser bem construídas a partir de consensos possíveis, estudos e com participação popular. Também devem fugir da falsa dicotomia entre a melhoria da gestão e a necessidade de ampliação do investimento em educação. Ambas são necessárias, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social.

A escola não tem só o papel de cultivar o hábito pelos estudos, mas também, de socializar pessoas. Cada sociedade conta com uma ampla bagagem de tradições e costumes e a escola aproveita-se delas para enriquecer e ampliar esses hábitos. No Brasil sabe-se que ainda há muito o que melhorar no quesito educação e, é começando pelos municípios, que ela vai se difundindo em busca de um renome.

O objetivo da realização deste trabalho foi atingido, uma vez que com o resultado obtido se observou que Mulungu ainda conta com muitas escolas, apesar de várias nucleações feitas anteriormente. Identificou-se que a oferta de escolas públicas em Mulungu, de acordo com a pesquisa, concentra-se em sua maior parte na Zona Rural e isso se dá devido as mesmas ofertarem ensino infantil, facilitando assim a locomoção das crianças pequenas.

No que se refere às dificuldades identificadas na pesquisa, destaca-se a escassez de bibliografia sobre a relação da escola com a sociedade. Também se menciona os obstáculos para a obtenção dos dados sobre a oferta de escolas, pois os funcionários de cargos de confiança que demonstraram resistência na liberação dos dados.

Assim, quando o tema é a gestão da escola pública, é necessário que esteja internalizada a ideia de que a comunidade também faz parte de seu campo de atuação, na construção e reafirmação de suas características próprias e na tentativa de solução ou ao menos esclarecimento de seus problemas sociais, para que sejam trabalhados dentro da instituição e, principalmente, na formação de seus alunos e no contato regular com suas famílias. A gestão de uma escola pública implica a responsabilidade para com a comunidade que a cerca. Por conseguinte, é também preciso que prefeituras e governos estaduais tenham esta meta em vista: a de que a construção, troca de conhecimentos e apoio às comunidades que se encontram no entorno de suas escolas também são parte de seus deveres no âmbito

educacional. Sem a transformação que irradia a partir do conhecimento e acolhimento fornecido pela escola, fica difícil vislumbrarmos um futuro melhor para as futuras gerações. Mas é preciso começar aos poucos, a partir de cada pequeno núcleo social que rodeia cada escola. Com o esforço sincrônico das instituições, os resultados, ainda que a longo prazo, serão percebidos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996
- AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: Santos Júnior, Orlando A. Dos (Et.al) Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003
- BOMENY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro** In: EM ABERTO. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 109 –120, abr. 2009
- CAVALIERI, Ana Maria Villela. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?**. In: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 23, n. 81, p. 247 –270, dez. 2002
- COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História (s) da educação integral**. In: EM ABERTO. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 83 –96, abr. 2009.
- CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina and GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi**. *Psicol. Soc.* [online]. 2005, vol.17, n.3
- DURKHEIM, Emile. (1973). **Educación y Sociología**. Buenos Aires, Editorial Shapire
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU. **História de Mulungu**. Disponível em: <<http://prefeituramulungu1.blogspot.com.br>> Acesso em 02 jun 2018.
- KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 112. Disponível em: <<http://portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteúdo>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- NUNES, Clarice. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil**. In: EM ABERTO. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 121 –134, abr. 2009.
- OLIVEIRA, Francisco Adão. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. PUC, Goiás, 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. 3^a.Ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.